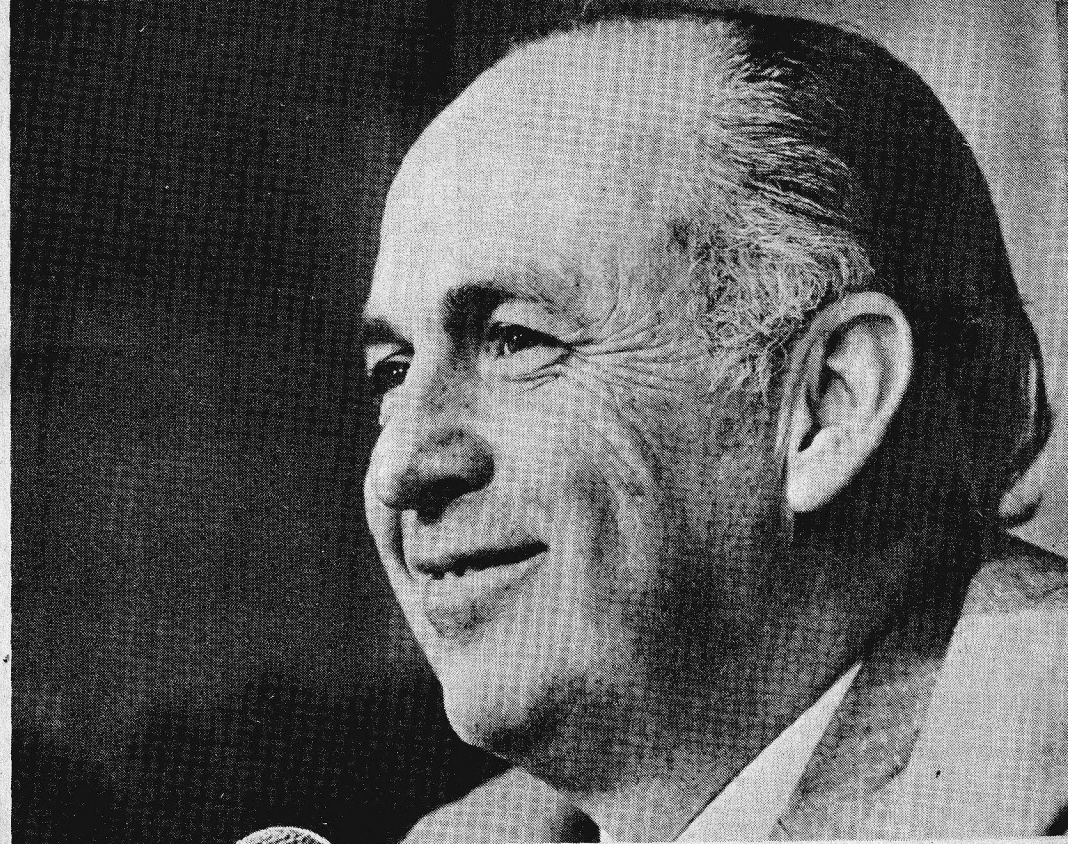


Pronta proposta do Brasil aos bancos credores

País quer rolar US\$ 4,3 bilhões e garantias, em troca do ajuste feito nos moldes do Fundo

JULIO ALCANTARA



Bresser, na entrevista: mais apoio político facilita agora a negociação

O ministro da Fazenda, Luiz Bresser Pereira, viajou ontem para os Estados Unidos levando sua proposta de renegociação da dívida externa que pressupõe a aceitação, pelos bancos credores, do refinanciamento de US\$ 4,3 bilhões dos US\$ 9,6 bilhões devidos este ano por conta dos juros. Em troca, oferece um ajuste interno nos moldes admitidos pelo Fundo Monetário Internacional, baseado no aumento da poupança do Governo a partir da elevação dos impostos, reajustes das tarifas das estatais de acordo com a inflação e redução dos gastos públicos.

Até agora, nenhum País devedor obteve dos bancos o refinanciamento de juros nos pacotes de negociação das dívidas externas, mas o Plano de Controle Macroeconômico — aprovado ontem pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em reunião no Palácio do Planalto — deixa claro que esta é uma “condição absolutamente necessária” para o Brasil até 1991, quando já seria possível voltar às operações de mercado para obter anualmente créditos indispensáveis ao fechamento do balanço de pagamentos.

Apesar da metodologia e dos conceitos do FMI, o Plano de Controle Macroeconômico (PCM) afirma que o Governo inverteu “a colocação tradicional da questão da dívida externa”, determinando primeiro a taxa de crescimento que se deseja para a economia brasileira (5% este ano, 6% no próximo e 7% no triênio 1989-91) para, em seguida, deduzir o montante de financiamento externo necessário. A estratégia, que promete também saldos comerciais de US\$ 8,6 bilhões este ano e de US\$ 9,86 bilhões em 1988, é denominada no documento oficial de “ajustamento externo com financiamento”.

Com isto, o Governo tentará evitar os tradicionais pacotes de rolagem da dívida externa com novos empréstimos (dinheiro novo), que devem ser substituídos — pelo que pretende o ministro da Fazenda — pelo refinanciamento dos juros, capitalização, emissão de títu-

los no exterior e mesmo conversão de débitos em investimentos de risco no País, consolidando o saldo devedor para pagamento a longo prazo. Isto tudo o Governo pretende conseguir — “sem condicionalidade outra que não a do pagamento dos juros devidos” — ou seja, com o fim da moratória, sem passar antes por um acordo formal com o FMI.

O plano de renegociação externa inclui ainda algumas “salvaguardas”, a exemplo do que já foi obtido pelo México no ano passado: se houver variação das taxas internacionais de juros, aumentos não previstos nos preços do petróleo, intensificação das barreiras protecionistas contra produtos brasileiros, retração no comércio mundial ou deterioração nos termos de troca, o acordo externo deverá prever compensações sob a forma de créditos adicionais ou refinanciamento de parcelas maiores dos juros, de acordo com as indicações dadas no documento aprovado pelo CDE.

A renegociação do principal da dívida externa deverá também ser feita com base no repactuação das taxas de risco (spreads) e taxas básicas incidentes sobre os US\$ 56 bilhões vencidos ou a vencer até 1993, substituindo-se a prime rate norte-americana pela taxa interbancária de Londres (Libor). O plano adverte que “qualquer custo adicional implicaria aumento das necessi-

dades de refinanciamento a cada ano”. O que significa que uma elevação nas taxas de juros ou um aumento do preço do petróleo, acima dos US\$ 17,80 o barril previstos para 1988, levaria o País a deixar de pagar mais juros, que necessitariam ser refinanciados.

Para este ano, o plano “fecha” as contas externas supondo a efetivação de desembolsos do Banco Mundial, por conta de empréstimos ao Brasil, da ordem de US\$ 1,43 bilhão, além de US\$ 300 milhões do Banco Interamericano; a obtenção de US\$ 750 milhões em novos créditos comerciais (financiamento de importações) por agências oficiais e bancos privados; a venda de ouro brasileiro no total a US\$ 300 milhões e ainda o reescalonamento das dívidas junto ao Clube de Paris (bancos oficiais), além do refinanciamento de 44,8% dos juros devidos aos bancos privados, que não vêm sendo pagos desde a decretação da moratória.

Caso este plano — o primeiro que apresenta detalhes e simulações para toda a economia, dando inclusive os modelos utilizados em computador — venha a ser aprovado pelos credores externos, a redução de US\$ 957 milhões nas reservas internacionais esperadas para este ano seria compensada, segundo o Governo, por uma reposição da ordem de US\$ 554 milhões em 1988.

